



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2009

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-SUBSTITUTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Angela Carballido Fernandez

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 11, novembro 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : , STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em novembro de 2009 foi superavitário em R\$ 10,7 bilhões, contra R\$ 11,2 bilhões obtidos em outubro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 13,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,1 bilhões e de R\$ 89,0 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em novembro de 2009 foi superavitário em R\$ 10,7 bilhões, contra R\$ 11,2 bilhões obtidos em outubro.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2009	NOV 2009	JAN-NOV 2008 2009	
I. RECEITA TOTAL	69.410,0	74.239,9	647.325,7	659.657,0
I.1. Receitas do Tesouro	54.367,3	57.189,3	505.189,8	501.256,5
I.1.1. Receita Bruta (1)	55.725,3	59.509,0	517.477,6	512.918,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.358,0	-2.319,7	-12.287,8	-11.606,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	14.864,9	16.808,5	140.391,1	156.416,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	14.496,9	16.410,0	135.919,2	152.297,1
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	368,0	398,5	4.471,9	4.119,8
I.3. Receitas do Banco Central	177,8	242,1	1.744,7	1.983,6
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	10.946,5	12.176,5	118.559,6	113.787,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	58.463,5	62.063,4	528.766,1	545.869,4
IV. DESPESA TOTAL	47.228,6	51.327,6	437.333,2	507.676,0
IV.1. Despesas do Tesouro	29.342,3	31.071,7	256.839,6	304.089,7
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	11.746,6	13.400,3	114.969,2	134.783,5
IV.1.2. Custeio e Capital	17.491,5	17.567,5	140.973,7	168.268,7
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.462,8	2.059,5	19.317,6	25.239,7
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.443,5	649,6	4.801,5	4.032,7
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.628,5	1.633,9	14.644,1	17.304,4
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.956,6	13.224,4	102.210,5	121.691,8
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.583,3	10.000,7	79.257,3	94.527,8
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	3.373,3	3.223,7	22.953,1	27.164,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	104,1	104,0	896,7	1.037,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	17.639,1	19.924,7	178.335,3	201.041,4
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	14.152,4	15.956,6	142.646,8	160.928,7
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.486,7	3.968,1	35.688,5	40.112,6
IV.3. Despesas do Banco Central	247,2	331,2	2.158,4	2.544,9
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	11.234,9	10.735,9	91.432,8	38.193,5
VI.1. Tesouro Nacional	14.078,5	13.941,2	129.790,7	83.379,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-2.774,2	-3.116,3	-37.944,2	-44.624,5
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	344,6	453,3	-6.727,7	-8.631,6
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.118,8	-3.569,6	-31.216,5	-35.992,8
VI.3. Banco Central (6)	-69,4	-89,0	-413,6	-561,3
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,31%	1,34%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADAS JAN-NOV %		
DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	17,3%	1,9%
Tesouro	17,5%	-0,8%
Previdência	16,4%	11,4%
Transferências	25,9%	-4,0%
Receita Líquida	15,5%	3,2%
Despesas	11,6%	16,1%
Benefícios	10,4%	12,7%
Pessoal	11,5%	17,2%
Custeio e Capital	12,7%	19,4%
FAT	13,6%	30,7%
Subsídios	-39,7%	-16,0%
LOAS/RMV	18,4%	18,2%
Outras	16,5%	19,1%
Custeio	10,3%	23,3%
Capital	44,5%	4,3%
PIB	13,7%	3,4%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve crescimento de R\$ 3,8 bilhões (6,8%), passando de R\$ 55,7 bilhões em outubro para R\$ 59,5

bilhões em novembro. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) pagamento, em outubro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; ii) transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, ao amparo da Medida Provisória nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nº 510/2009 e nº 531/2009; iii) pagamentos referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009; iv) crescimento na arrecadação de dividendos; e v) redução da arrecadação da cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural em outubro, sem correspondente em novembro.

As transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,2 bilhões em novembro, contra R\$ 10,9 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 11,2% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R\$ 9,1 bilhões, com aumento de 23,1% frente a outubro de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de outubro, transferida em novembro. As demais transferências mantiveram-se no patamar de R\$ 2,9 bilhões em função das variações positiva de R\$ 1,3 bilhão na transferência de *royalties* e negativa de R\$ 1,1 bilhão em outras transferências (especialmente em decorrência do repasse de R\$ 904,9 milhões a título de apoio financeiro aos municípios em outubro, sob o amparo da Lei nº 12.058/2009), que se compensaram mutuamente.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/09	NOV/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.431,5	9.145,5
CIDE-Combustíveis	406,4	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.946,2	2.868,5
Total	10.946,5	12.176,5

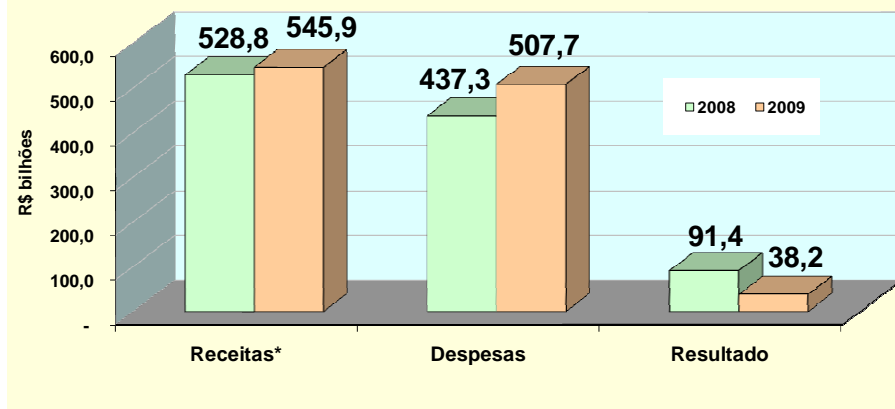
¹ Inclui auxílio financeiro

Do lado dos dispêndios, verificou-se o aumento de R\$ 1,7 bilhão (5,9%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a outubro, explicado pelo acréscimo de R\$ 1,7 bilhão nas despesas de pessoal e encargos sociais, devido ao pagamento da segunda parcela da gratificação natalina aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU.

O déficit da Previdência Social apresentou acréscimo de 12,3% (R\$ 342,0 milhões) relativamente ao apurado em outubro, passando de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 3,1 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 453,3 milhões no mês, contra R\$ 344,6 bilhões em outubro, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 3,6 bilhões em novembro sendo que, em outubro, esse valor atingiu R\$ 3,1 bilhões.

No acumulado de janeiro a novembro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 38,2 bilhões, contra R\$ 91,4 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram aumento nominal de 3,2% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 16,1%.

No acumulado de janeiro a novembro, o resultado do Governo Central foi superavitário em R\$ 38,2 bilhões, equivalente a 1,34% do PIB.

RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	4,70%	2,92%
Previdência Social	-1,37%	-1,56%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	3,31%	1,34%

A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, das desonerações ocorridas no período e da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis.

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 0,9% (R\$ 4,6 bilhões) relativamente ao período de janeiro a novembro de 2008. Esse decréscimo é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 10,7% na produção industrial no período de janeiro a outubro de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, com impacto sobre a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; iv) queda na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas; e v) decréscimo de R\$ 6,0 bilhões (24,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.



As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 18,4% em termos nominais entre janeiro e novembro de 2009, frente ao mesmo período de 2008. Essa evolução decorreu principalmente dos seguintes fatores: i) elevação de R\$ 2,2 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R\$ 16,4 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R\$ 8,3 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R\$ 2,7 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R\$ 4,2 bilhões (18,3%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.

Os investimentos cresceram 18,3% (R\$ 4,2 bilhões) no acumulado de janeiro a novembro de 2009 em comparação ao mesmo período de 2008.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 17,6% (R\$ 6,7 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, alcançando R\$ 44,6 bilhões frente aos R\$ 37,9 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 16,0 bilhões (11,4%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram

O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal, da reestruturação de carreiras dos servidores, da dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	126.831,9	139.608,4	10,1%
Urbano	122.763,9	135.887,1	10,7%
Rural	4.068,1	3.721,3	-8,5%
Benefícios	160.551,4	181.116,6	12,8%
Urbano	128.515,8	144.972,1	12,8%
Rural	32.035,6	36.144,5	12,8%
Res. Primário	-33.719,5	-41.508,2	23,1%
Urbano	-5.752,0	-9.085,0	57,9%
Rural	-27.967,5	-32.423,2	15,9%

R\$ 22,7 bilhões (12,7%) em decorrência do aumento de 10,2% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R\$ 967,6 milhões (18,6%) no pagamento de precatórios judiciais relativos a benefícios previdenciários.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 8,6 bilhões, que corresponde a 19,4% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R\$ 36,0 bilhões (80,6% do déficit do RGPS).

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional aumentou 6,8% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito de recolhimentos sazonais de tributos, royalties e dividendos e da transferência, para a conta única, de depósitos judiciais.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 59,5 bilhões em novembro contra R\$ 55,7 bilhões verificados em outubro de 2009 (crescimento de 6,8%). Este comportamento é explicado pelo incremento de R\$ 5,9 bilhões nas demais receitas do Tesouro, parcialmente compensado pela redução de 2,3 bilhões na arrecadação de impostos.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 23,9 bilhões e as de contribuições R\$ 21,1 bilhões em novembro, apresentando, respectivamente, redução de R\$ 2,3 bilhões (8,6%) e crescimento de R\$ 162,2 milhões (0,8%) em relação aos valores apurados em outubro. Essa evolução reflete: i) o pagamento, em outubro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro; ii) transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais, ao amparo da Medida Provisória nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nºs 510/2009 e 531/2009; e iii) pagamentos referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 14,6 bilhões no mês contra R\$ 8,7 bilhões registrados em outubro de 2009, apresentando crescimento de R\$ 5,9 bilhões (67,4%). Tal elevação decorre dos seguintes fatores: i) o crescimento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) a diminuição de R\$ 2,4 bilhões na cota-parte de compensações financeiras devido ao recolhimento trimestral da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural em outubro, sem correspondente em novembro; e iii) o aumento de R\$ 5,5 bilhões na arrecadação de outras receitas. Este último é resultado do ingresso, nessa conta, de depósitos judiciais e extrajudiciais, anteriores à Lei nº 9.703/98, transferidos da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional, em conformidade com a MP nº 468/09 e as Portarias MF nº 510/09 e nº 531/09. Ingressaram também pagamentos referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e ainda a primeira parcela do crédito prêmio do IPI, conforme Portaria MF nº 470/09.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2009 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/09	NOV/09
Impostos	26.120,0	23.867,6
Imposto de Renda	20.041,6	16.821,7
IPI	2.997,2	3.215,0
Outros	3.081,2	3.831,0
Contribuições	20.895,5	21.057,7
Cofins	11.016,8	12.240,3
CPMF	5,7	96,4
CSLL	5.040,0	3.830,1
Cide - Combustíveis	618,2	639,5
Outras	4.214,8	4.251,5
Demais	8.709,8	14.583,7
Cota parte	3.712,9	1.268,8
Diretamente Arrecadada	1.599,1	1.644,9
Dividendos da União	27,5	2.509,6
Concessões	174,7	12,6
Outras	3.195,7	9.147,8
Total Bruto	55.725,3	59.509,0

Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

De janeiro a novembro de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R\$ 512,9 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 4,6 bilhões (0,9%) quando comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,0%, contra 18,7% no período de janeiro a novembro de 2008.

A variação na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- decrécimo de R\$ 8,8 bilhões (24,2%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nºs 11.774/2008, 11.727/2008 e 11.827/2008 e Decreto nº 6.707/08; ii) IPI – Automóveis, decorrente da alteração das alíquotas do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nºs 6.687/2008, 6.809/2009 e 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 28,3% no valor em dólar das importações, da elevação de 13,0% na taxa média de câmbio e da elevação de 2,6% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 10,7% na produção industrial no acumulado de janeiro a outubro de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nºs 6.696, 6.809, 6.823, 6.825, 6.826 e 6.890, todos de 2009;
- decrécimo de R\$ 5,5 bilhões (4,9%) na arrecadação da Cofins e de R\$ 368,4 milhões (1,3%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R\$ 4,5 bilhões, nos meses de janeiro a novembro de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009 e 12.024/2009 e pela Medida Provisória nº 465/2009.
- queda de R\$ 1,5 bilhão (1,8%) na arrecadação de IRPJ, refletindo: i) a redução da lucratividade das empresas no acumulado do ano; ii) o ingresso de depósitos judiciais sobre o qual dispõem a Medida Provisória nº 468/2009 e as Portarias MF nºs 510/2009 e 531/2009; e iii) o recolhimento de débitos em atraso, conforme Lei nº 11.941/2009.
- decrécimo de R\$ 1,4 bilhão (7,5%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações reguladas pelos Decretos nºs 6.391, 6.453, 6.566, 6.613, 6.655 e 6.691, todos de 2008 e da alteração da alíquota nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983, 6.984, 7.011, todos de 2009;

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	244.164,4	233.303,6
Imposto de Renda	173.275,5	173.509,4
IPI	36.345,1	27.563,4
Outros	34.543,7	32.230,8
Contribuições	198.839,1	192.728,8
Cofins	111.152,5	105.667,5
CPMF	1.138,6	280,4
CSLL	41.097,9	41.557,2
Cide - Combustíveis	5.570,6	4.196,0
Outras	39.879,4	41.027,8
Demais	74.474,1	86.885,7
Cota parte	24.141,8	18.142,7
Diretamente Arrecadada	20.598,8	21.731,9
Dividendos da União	13.361,3	20.810,9
Concessões	4.736,5	2.986,0
Outras	11.635,7	23.214,2
Total Bruto	517.477,6	512.918,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Impostos	8,84%	8,17%
Imposto de Renda	6,27%	6,07%
IPI	1,32%	0,96%
Outros	1,25%	1,13%
Contribuições	7,20%	6,75%
Cofins	4,02%	3,70%
CPMF	0,04%	0,01%
CSLL	1,49%	1,45%
Cide - Combustíveis	0,20%	0,15%
Outras	1,44%	1,44%
Demais	2,70%	3,04%
Cota parte	0,87%	0,64%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,76%
Dividendos da União	0,48%	0,73%
Concessões	0,17%	0,10%
Outras	0,42%	0,81%
Total Bruto	18,73%	17,95%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

- e) decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (24,7%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão;
- f) elevação de R\$ 1,9 bilhão (2,4%) no IRRF, principalmente devido: i) ao aumento de R\$ 1,5 bilhão (19,7%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 13,0% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior; ii) ao crescimento de R\$ 882,6 milhões (1,9%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009; e iii) à redução de R\$ 1,3 bilhão (6,6%) do IRRF – Rendimentos do Capital.

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	74.474,1	86.885,7
Cota parte	24.141,8	18.142,7
Plano do Servidor (CPSS)	7.188,7	8.268,7
Diretamente Arrecadada	20.598,8	21.731,9
Dividendos da União	13.361,3	20.810,9
Concessões	4.736,5	2.986,0
Outras	4.447,0	14.945,5

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R\$ 12,4 bilhões (16,7%) em relação ao período de janeiro a novembro de 2008, decorrente: i) do incremento de R\$ 7,5 bilhões das receitas de dividendos; ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R\$ 1,1 bilhão, sobretudo em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de R\$ 10,5 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta única do Tesouro Nacional e recolhimentos, especialmente em novembro de 2009, referentes ao parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009; iv) do decréscimo de R\$ 6,0 bilhões (24,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo; e v) da queda de R\$ 1,8 bilhão (37,0%) no volume arrecadado proveniente de concessões.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/09	NOV/09
Constitucionais (IR/IPI/outros)	7.431,5	9.145,5
CIDE-Combustíveis	406,4	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	162,5
Demais	2.946,2	2.868,5
Total	10.946,5	12.176,5

¹ Inclui auxílio financeiro

Em novembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 12,2 bilhões, contra R\$ 10,9 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 11,2%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 9,1 bilhões, com aumento de R\$ 1,7 bilhão (23,1%) frente a outubro, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no último decêndio de outubro, transferido em novembro. As demais transferências permaneceram no patamar de R\$ 2,9 bilhões, refletindo as variações positiva de R\$ 1,3 bilhão na conta de *royalties* e negativa de R\$ 1,1 bilhão em outras transferências (R\$ 904,9 milhões transreridos em outubro, a título de apoio financeiro aos municípios, sem correspondência em novembro).

Na comparação entre o acumulado de janeiro a novembro de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R\$ 4,8 bilhões (4,0%), atingindo o montante de R\$ 113,8

bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R\$ 4,8 bilhões (5,3%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R\$ 3,7 bilhões (24,6%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R\$ 616,5 milhões (39,0%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão; iv) pelo aumento de R\$ 1,9 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente dos valores desse repasse estabelecidos pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e v) pelo incremento de R\$ 2,0 bilhões em outras transferências, em virtude do pagamento de R\$ 1,9 bilhão relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009 e Lei nº 12.058/2009).

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 31,1 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 1,7 bilhão (5,9%) relativamente a outubro. Contribuíram para este resultado o aumento de R\$ 1,7 bilhão (14,1%) registrado na despesa de Pessoal e Encargos Sociais e de R\$ 75,9 milhões (0,4%) nas despesas de Custeio e Capital.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais cresceram em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento da segunda parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo, Judiciário e do MPU. As despesas de Custeio e Capital sofreram pequena variação, decorrente da redução nas despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas, R\$ 793,9 milhões (55,0%), da diminuição da execução do FAT, R\$ 403,4 milhões (16,4%), e do aumento de R\$ 1,3 bilhão (10,6%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital.

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R\$ 827,3 milhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, contra R\$ 873,8 milhões no mês anterior (redução de 5,3%), conforme calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro desemprego atingiram R\$ 1,2 bilhão, em novembro, desempenho 20,3% inferior ao mês de outubro.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a redução das despesas decorreu, principalmente, da execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF inferior em R\$ 871,5 milhões (86,9%) em relação ao mês anterior. Por outro lado, houve aumento nas Subvenções aos Fundos Regionais, R\$ 68,5 milhões

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
Decêndio	Out	Nov
Terceiro Decêndio	8.213,5	13.416,9
Primeiro Decêndio	1.814,6	1.706,7
Segundo Decêndio	6.207,6	5.120,9
Total	16.235,7	20.244,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (IR/IPI/outros)	90.288,6	85.513,7
CIDE - Combustíveis	1.578,9	962,4
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	3.886,4	3.737,5
Demais	22.805,7	23.573,9
Total	118.559,6	113.787,5

¹ Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/09	NOV/09
Pessoal e Encargos	11.746,6	13.400,3
Custeio e Capital	17.491,5	17.567,5
Despesas do FAT	2.462,8	2.059,5
Subsídios e Subvenções ¹	1.443,5	649,6
LOAS/RMV	1.628,5	1.633,9
Outras	11.956,6	13.224,4
Transferência ao Bacen	104,1	104,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	OUT/09	NOV/09
Agricultura	1.273,4	407,8
Custeio Agropecuário	2,0	2,3
Investimento Rural	-1,8	6,2
Preços Agrícolas	1.030,3	172,0
- EGF	0,1	0,1
- AGF	1.003,4	131,9
- Sustain. de preços	26,8	40,0
Pronaf	110,5	82,2
Pesa	1,0	2,3
Cacau	0,0	0,2
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	130,2	113,4
FUNCAFÉ	1,2	3,3
Revitaliza	0,0	25,9
Outros	-9,1	-5,8
Habitação (PSH)	3,4	0,0
FND	-2,6	-2,5
Exportação (Proex)	-9,8	-3,4
Total	1.264,3	401,9

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2009 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/09	NOV/09
Sentenças Judiciais	17,0	14,2
Legislativo	73,6	93,2
Judiciário	347,5	359,2
Crédito Extraordinário ¹	186,8	169,0
PPI ²	1.797,7	1.931,9
Outras ³	121,3	160,5
Discricionárias	9.412,7	10.496,4
d/q Min. da Saúde	3.944,1	4.198,6
Min. do Des. Social	974,9	1.566,8
Min. da Educação	1.227,4	1.553,0
Min. da Defesa	654,2	999,4
Min. da Ciência e Tec.	332,1	404,2
Min. do Des. Agrário	308,6	157,1
Min. da Justiça	195,5	303,3
Min. da Previdência	128,6	163,0
Min. dos Transportes	69,6	129,1
Min. das Cidades	122,6	54,9
Derais	1.455,0	966,9
Total	11.956,6	13.224,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

(38,2%), e nas despesas com o Programa Revitaliza, R\$ 25,9 milhões, para financiamentos com equalização no fomento das indústrias de calçados e artefatos de couro, têxtil e confecção de móveis.

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, registrou-se aumento de R\$ 1,3 bilhão (10,6%) relativamente a outubro, concentrado principalmente nas despesas discricionárias, que tiveram execução a maior em R\$ 1,1 bilhão (11,5%). Dentre as despesas discricionárias houve redução no desempenho dos Ministérios da Saúde (R\$ 3,7 bilhões), da Educação (R\$ 901,8 milhões), do Desenvolvimento Agrário (R\$ 460,1 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R\$ 383,0 milhões). Por outro lado, a execução das outras despesas obrigatórias teve desempenho superior em R\$ 39,2 milhões, em decorrência, principalmente, da elevação das indenizações e restituições ao Proagro em R\$ 30,0 milhões. Ademais, os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos cresceram R\$ 134,1 milhões (7,5%) em relação ao mês anterior.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	9,30%	10,64%
Pessoal e Encargos	4,16%	4,72%
Custeio e Capital	5,10%	5,89%
Despesas do FAT	0,70%	0,88%
Subsídios e Subvenções ¹	0,17%	0,14%
LOAS/RMV	0,53%	0,61%
Outras	3,70%	4,26%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,64% do PIB, contra 9,30% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 47,3 bilhões (18,4%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R\$ 27,3 bilhões (19,4%) nas Despesas de Custeio e Capital, e de R\$ 19,8 bilhões (17,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,56 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,16% em 2008, para 4,72% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R\$ 246,8 milhões (11,5%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 799,0 milhões (7,9%). Parte do aumento da despesa no âmbito dos Poderes decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal, que passou de R\$ 3,6 bilhões em 2008 para R\$ 5,8 bilhões em 2009, aumento de 162,8% (R\$ 2,2 bilhões).

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,10% para 5,89% do PIB, (acrécimo de 0,79 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,56 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) acréscimo de 0,18 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, e gastos operacionais do FAT; iii) aumento de 0,08 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; e iv) redução de 0,03 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R\$ 25,2 bilhões nos onze primeiros meses de 2009, contra R\$ 19,3 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

Até novembro de 2009, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 4,0 bilhões, contra R\$ 4,8 bilhões em 2008, decréscimo

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2008	2009
Agricultura	2.925,6	4.864,0
Custeio Agropecuário	443,1	195,3
Investimento Rural	28,2	-87,4
Preços Agrícolas	661,5	3.288,4
- EGF	7,7	11,4
- AGF	-233,1	2.462,3
- Sustent. de preços	887,0	814,7
Pronaf	754,5	303,8
Pesa	288,4	258,8
Cacau	0,0	0,8
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	730,0	795,5
FUNCAFÉ	20,0	50,0
Revitaliza	0,0	58,7
Outros	-916,1	-4.033,2
Habituação (PSH)	283,4	193,3
FND	-1.366,5	-4.245,3
Exportação (Proex)	167,0	18,7
Total	2.009,5	830,8

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com

² Dados revisados

de R\$ 768,8 milhões, (16,0%). A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R\$ 1,4 bilhão, em 2008, para R\$ 4,2 bilhões em 2009 (210,7%). No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 450,7 milhões); ii) Custeio Agropecuário (R\$ 247,8 milhões); iii) Exportação (Proex) (R\$ 148,2 milhões); iv) Investimento Rural (R\$ 115,6 milhões); e v) Sustentação de Preços (R\$ 72,3 milhões). Por outro lado, houve elevação de R\$ 2,7 bilhões na execução do Programa Aquisição do Governo Federal – AGF.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,7 bilhões (18,2%) em relação ao acumulado até novembro de 2008. Essa variação é explicada pelo reajuste de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a novembro de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,5 milhão foi destinado aos idosos e 1,6 milhão aos portadores de necessidades especiais.

Até novembro de 2009, os gastos com investimentos do governo federal apresentaram incremento de R\$ 4,2 bilhões (18,3%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2009						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média jan-nov/01	1.286.287	-	441.930	-	844.357	-
média jan-nov/02	1.445.600	12%	526.800	19%	918.800	9%
média jan-nov/03	1.625.157	12%	624.313	19%	1.000.844	9%
média jan-nov/04	1.884.166	16%	811.117	30%	1.073.049	7%
média jan-nov/05	2.164.204	15%	997.066	23%	1.167.138	9%
média jan-nov/06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%
média jan-nov/07	2.565.889	8%	1.234.552	10%	1.331.337	6%
média jan-nov/08	2.799.271	9%	1.354.458	10%	1.444.814	9%
média jan-nov/09	3.041.882	9%	1.482.688	9%	1.559.193	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 19,5 bilhões (19,1%) até novembro em relação ao exercício anterior destacando-se os gastos discricionários com aumento de R\$ 16,4 bilhões (19,8%) e o Projeto Piloto de Investimento com R\$ 5,3 bilhões (83,3%). Responderam, principalmente, pelo crescimento dos gastos discricionários, os Ministério da Saúde (R\$ 8,3 bilhões), da Educação (R\$ 2,4 bilhões), da Defesa (R\$ 1,6 bilhão), do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 1,4 bilhões), e do Ministério da Previdência Social (R\$ 800,0 milhões). Destaca-se que os investimentos totais atingiram R\$ 27,2 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 4,2 bilhões (18,3%) em relação ao mesmo período do exercício anterior.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Sentenças Judiciais	1.505,2	1.727,0
Legislativo	979,7	960,0
Judiciário	3.992,4	3.941,0
Crédito Extraordinário ¹	5.720,3	2.976,1
PPF ²	6.419,1	11.763,3
Outras ³	911,3	1.242,0
Discricionárias	82.682,2	99.082,4
d/ Min. da Saúde	35.545,9	43.813,3
Min. do Des. Social	11.516,8	12.890,7
Min. da Educação	9.247,5	11.608,9
Min. da Defesa	5.774,5	7.377,2
Min. da Ciência e Tec.	2.763,6	3.304,2
Min. do Des. Agrário	1.625,9	1.961,9
Min. da Justiça	1.507,8	2.307,8
Min. da Previdência	1.102,4	1.421,1
Min. dos Transportes	1.273,8	924,5
Min. das Cidades	1.592,3	844,8
Demais	10.731,6	12.628,0
Total	102.210,3	121.691,8

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 10.172/01.
³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

Em novembro de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. No acumulado de janeiro a novembro, o déficit atingiu R\$ 44,6 bilhões, equivalente a 1,56% do PIB.

O montante pago de restos a pagar (RP) até novembro de 2009, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 16,2 bilhões, equivalentes a 50,9% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 55,3% no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 8,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 39,2% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente, nos Ministérios da Saúde (R\$ 3,9 bilhões), da Educação (R\$ 2,8 bilhões), da Defesa (R\$ 1,6 bilhões) e das Cidades (R\$ 1,1 bilhão).

Em novembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,1 bilhões, superior em R\$ 342,0 milhões ao registrado em outubro (12,3%). Tal elevação decorre do pagamento da segunda parcela da gratificação natalina (13º salário), para os benefícios pagos nos últimos cinco dias de novembro, parcialmente compensado pelo aumento da arrecadação líquida verificado no mês. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R\$ 6,7 bilhões (17,6%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	140.391,1	156.416,9	11,4%
Urbano	135.919,2	152.297,1	12,0%
Rural	4.471,9	4.119,8	-7,9%
Benefícios	178.335,3	201.041,4	12,7%
Urbano	142.646,8	160.928,7	12,8%
Rural	35.688,5	40.112,6	12,4%
Res. Primário	-37.944,2	-44.624,5	17,6%
Urbano	-6.727,7	-8.631,6	28,3%
Rural	-31.216,5	-35.992,8	15,3%

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT	NOV	JAN-NOV	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.864,9	16.808,5	140.391,1	156.416,9
Arrecadação Bruta	16.388,6	18.356,7	156.369,4	173.932,4
- Contribuição Previdenciária	14.773,3	15.190,4	144.618,6	157.675,5
- Simples	1.196,8	1.644,1	9.761,4	12.040,5
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,0
- CFT	86,0	73,2	451,8	698,5
- Depósitos Judiciais	312,0	1.435,4	1.253,9	3.306,2
- Refis	20,5	13,6	283,7	211,7
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-25,5	-40,9	-429,2	-486,9
(-) Transferências a Terceiros	-1.498,2	-1.507,4	-15.549,1	-17.028,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.639,1	19.924,7	178.335,3	201.041,4
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.774,2	-3.116,3	-37.944,2	-44.624,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,37%	-1,56%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 16,8 bilhões em novembro, apresentando um crescimento de R\$ 1,9 bilhão (13,1%) relativamente aos ingressos líquidos do mês anterior. Os principais fatores que explicam esse aumento foram a arrecadação referente aos parcelamentos previstos nas Leis nºs 11.941/2009 e 11.960/2009 e a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais

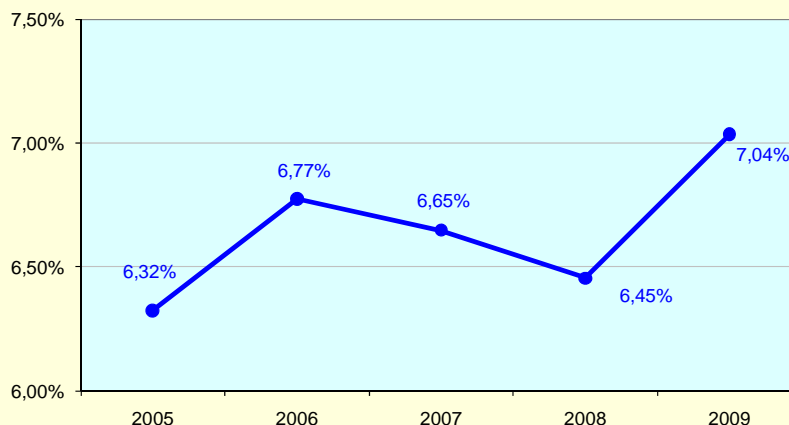
ao amparo da MP nº 468/2009, seguindo cronograma definido por meio das Portarias MF nºs 510/2009 e 531/2009. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 16,0 bilhões (11,4%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e outubro de 2009 foi 12,1% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R\$ 19,9 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 2,3 bilhões (13,0%) com relação ao mês anterior. Esse crescimento decorreu do pagamento da segunda parcela do abono equivalente à gratificação de Natal à parte dos segurados e dependentes da Previdência Social. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se R\$ 22,7 bilhões (12,7%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) aumento de R\$ 66,85 (10,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 737 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R\$ 967,6 milhões (18,6%) no pagamento de precatórios e sentenças judiciais.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a novembro de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,32% do PIB e em 2009, correspondem a 7,04%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,18 ponto percentual do PIB por ano.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Quantidade RGPS*	22,4	23,1	3,3%
Valor médio RGPS**	653,7	720,5	10,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PROVIDENCIÁRIOS (RGPS)
 Brasil, 2005-2009 (% do PIB) - janeiro a novembro


No estoque de benefícios de janeiro a novembro de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 609,5 mil aposentadorias (4,3%) e de 182,1 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 73,1 mil benefícios de auxílio-doença (5,4%).

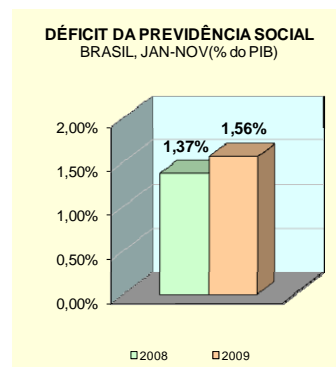
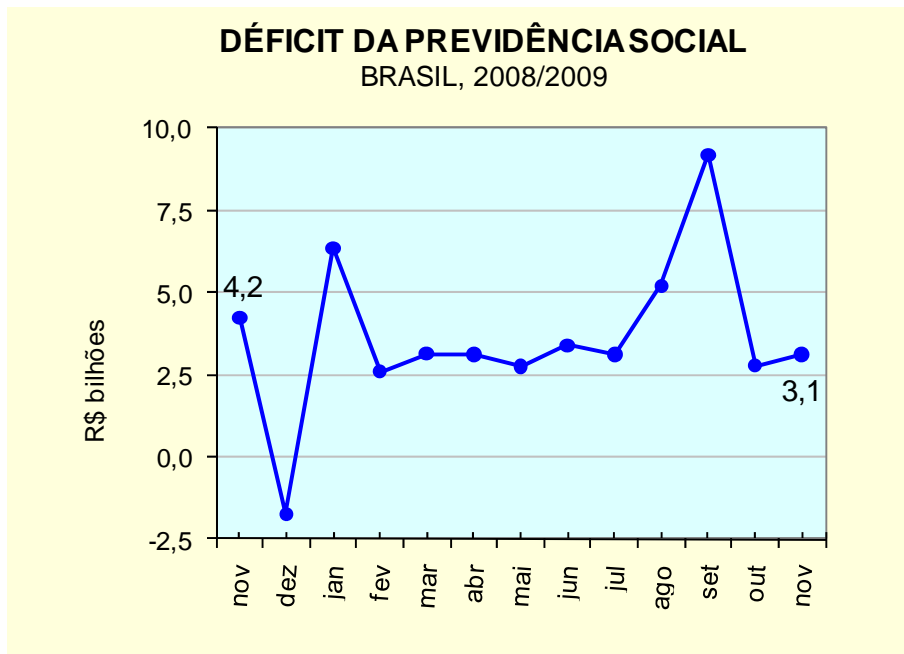
TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
 BRASIL, 2008-2009

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN-NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,08%	5,48%
Urbano	4,92%	5,33%
Rural	0,16%	0,14%
Benefícios	6,45%	7,04%
Urbano	5,16%	5,63%
Rural	1,29%	1,40%
Res. Primário	-1,37%	-1,56%
Urbano	-0,24%	-0,30%
Rural	-1,13%	-1,26%

	Em mil benefícios				
	SET 2009	OUT 2009	NOV 2009	JAN-NOV 2008	JAN-NOV 2009
Benefícios do RGPS	23.366	23.409	23.472	22.404	23.141
Previdenciários	22.560	22.606	22.671	21.620	22.338
Aposentadorias	14.917	14.964	15.020	14.154	14.758
Idade	7.763	7.791	7.824	7.326	7.672
Invalidez	2.883	2.888	2.895	2.800	2.868
Tempo de contribuição	4.271	4.285	4.302	4.028	4.219
Pensão por morte	6.404	6.420	6.438	6.177	6.360
Auxílio-Doença	1.118	1.103	1.090	1.196	1.105
Salário - maternidade	70	68	71	51	65
Outros	51	52	52	42	49
Acidentários	806	803	801	784	803
Aposentadorias	158	159	159	151	156
Pensão por morte	127	127	127	128	127
Auxílio - doença	171	168	164	151	169
Auxílio - acidente	274	275	275	272	274
Auxílio - suplementar	76	75	75	81	77

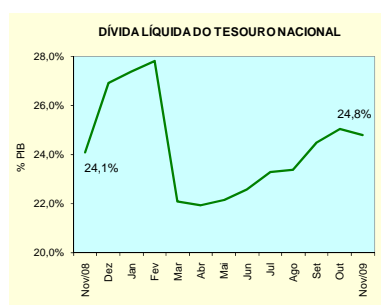
Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,39 p.p. em relação período de janeiro a novembro de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,58 p.p. Como resultado, o déficit

primário do RGPS aumentou para 1,56% do PIB, 0,19 p.p. maior que o registrado no mesmo período do ano anterior.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 765,8 bilhões ou 24,8% do PIB, reduzindo-se de 0,2 ponto percentual em relação a outubro.



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 765,8 bilhões em novembro, o que corresponde a 24,8% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 1,4 bilhão em termos nominais, o equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB. O estoque da dívida interna líquida apresentou redução de R\$ 1,8 bilhão, contra um aumento de R\$ 359,0 milhões no estoque da dívida externa líquida.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008		2009
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	618.212	665.873	664.105
I.1. Dívida Interna	1.660.274	1.919.936	1.940.698
I.2. Haveres Internos	1.042.062	1.254.063	1.276.593
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	129.556	101.365	101.724
II.1. Dívida Externa	129.984	101.615	101.976
II.2. Haveres Externos	428	250	252
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	747.768	767.238	765.829
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,1%	25,0%	24,8%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

Em comparação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB cresceu 0,7 ponto percentual, passando de 24,1% em novembro de 2008 para 24,8% em novembro de 2009. Em termos nominais, a DLTN cresceu R\$ 18,1 bilhões no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 45,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida e diminuição de R\$ 27,8 bilhões na dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de novembro com um saldo de R\$ 664,1 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 21,5%. Em comparação ao mês anterior, houve redução de R\$ 1,8 bilhão em termos nominais, o equivalente a 0,2 p.p.do PIB, resultado do efeito combinado do aumento de R\$ 20,8 bilhões no estoque da dívida e de R\$ 22,5 bilhões no saldo dos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, aumentou 1,6 p.p., passando de 19,9% em novembro de 2008 para 21,5% em novembro de 2009. Em termos nominais observou-se um crescimento de R\$ 45,9 bilhões, resultado do aumento de

R\$ 280,4 bilhões no estoque da dívida interna compensado em grande parte pelo crescimento de R\$ 234,5 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

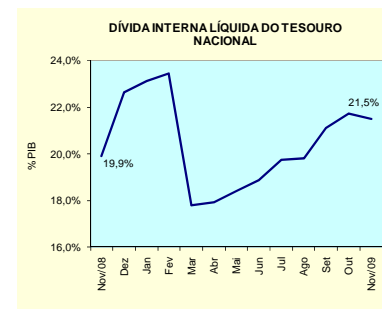
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA	1.660.274	1.919.936	1.940.698
I.1. Dívida Mobiliária	1.637.805	1.898.736	1.919.608
DPMFi em Poder do Público ¹	1.244.394	1.370.813	1.389.868
DPMFi em Poder do Banco Central	412.006	547.459	549.108
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(18.594)	(19.536)	(19.368)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.468	21.199	21.090
II. HAVERES INTERNOS	1.042.062	1.254.063	1.276.593
II.1. Disponibilidades Internas	236.940	354.763	376.525
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	452.542	437.968	437.656
II.3. Haveres da Administração Indireta	206.318	216.870	218.365
II.4. Haveres Administrados pela STN	146.262	244.462	244.047
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	618.212	665.873	664.105
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	19,9%	21,7%	21,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.



A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi) – descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais – elevou-se em R\$ 20,9 bilhões (0,2 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de outubro. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R\$ 281,8 bilhões em termos nominais e de 9,4 p.p. em proporção do PIB, passando de 52,7% para 62,1% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à emissão líquida de R\$ 5,2 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 15,5 bilhões.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R\$ 19,1 bilhões, em decorrência das emissões líquidas de R\$ 7,9 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 11,1 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve variação positiva de R\$ 1,6 bilhão, resultado do resgate líquido de R\$ 2,7 bilhões e da apropriação de juros de R\$ 4,3 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação, comparada ao mês anterior, ocorreu no estoque de LTN, cujo estoque aumentou R\$ 18,3 bilhões, resultado das emissões no valor de R\$ 18,2 bilhões mais a apropriação de juros de R\$ 1,9 bilhão, contra resgate de R\$ 1,8 bilhão.

DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2008/2009

Título	R\$ bilhões		
	2008	2009	
	NOV	OUT	NOV
Em Poder do Público	1.244	1.371	1.390
LFT	456	516	520
LTN	229	214	233
NTN-B	290	330	322
NTN-C	59	57	58
NTN-F	164	214	219
Demais ¹	46	39	39
Aplic. em Tit. Púb.	-19	-20	-19
Na carteira do BCB	412	547	549
Total	1.638	1.899	1.920
% PIB	52,7%	62,0%	62,1%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Em novembro, a Dívida Interna Líquida totalizou R\$ 664,1 bilhões, equivalente a 21,5% do PIB, frente a 21,7% registrados no mês anterior.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, NOV/2009

R\$ bilhões

Título	Saldo Out/09	Fatores de Variação ¹			Saldo Nov/09
		Emissões	Resgates ²	Juros ³	
Em poder do público	1.370,8	33,6	-25,6	11,1	1.389,9
LFT	516,2	3,4	-3,3	3,4	519,7
LTN	214,2	18,2	-1,8	1,9	232,6
NTN-B	330,1	8,0	-19,0	3,0	322,1
NTN-C	57,2	0,0	0,0	0,5	57,7
NTN-F	213,8	3,6	-0,7	2,1	218,8
Demais ⁴	39,2	0,3	-0,8	0,3	39,0
Na carteira do BCB	547,5	8,2	-10,9	4,3	549,1
Total	1.918,3	41,7	-36,5	15,5	1.939,0

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

**HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO
INDIRETA**
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Entidade	2008		2009
	NOV	OUT	NOV
FAT	134,9	138,1	139,3
Fundos Regionais	44,4	49,9	50,5
Demais	27,0	28,9	28,5
Total	206,3	216,9	218,4

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 22,5 bilhões em relação ao mês anterior. Houve aumento de R\$ 21,8 bilhões nas disponibilidades internas e de R\$ 1,5 bilhão nos haveres da administração indireta, contra uma diminuição de R\$ 414,5 milhões no estoque dos haveres administrados pela STN e de R\$ 312,5 milhões nos haveres junto aos governos regionais.

Relativamente aos haveres da administração indireta, a maior variação ocorreu nos haveres do FAT, cujo aumento alcançou R\$ 1,2 bilhão, além do aumento de R\$ 664,1 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e redução nos saldos de fundos diversos, R\$ 348,8 milhões.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS
BRASIL, 2008/2009

R\$ bilhões

Discriminação	2008		2009
	NOV	OUT	NOV
Lei 9.496/97	320,2	316,0	316,1
MP 2.185/01	50,2	50,2	50,2
Lei 8.727/93	41,8	38,3	38,0
Antecipação de Royalties	13,1	11,3	11,2
Bônus Renegociados	9,0	6,0	6,1
Lei 7.976/89	1,4	0,3	0,3
Demais Haveres	16,8	15,9	15,8
Total	452,5	438,0	437,7
% PIB	14,6%	14,3%	14,2%

Em relação aos haveres administrados pela STN, houve diminuição de R\$ 944,4 milhões nos haveres de legislação específica, em função principalmente, da variação cambial ocorrida no período de controle de contratos do BNDES, e aumento de R\$ 261,5 milhões nas operações estruturadas e de R\$ 273,1 milhões nas demais operações.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, a variação mais significativa ocorreu no saldo devedor das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 8.727/93 em decorrência dos pagamentos efetuados no mês.

Dívida Externa Líquida

Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 101,7 bilhões, contra R\$ 101,4 bilhões em outubro. Houve aumento de R\$ 359,0 milhões em termos nominais, permanecendo estável em relação ao PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2008	2009	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA EXTERNA	129.984	101.615	101.976
I.1. Dívida Mobiliária	99.035	79.553	80.081
Euro	12.133	9.731	10.015
Global US\$	75.872	59.164	59.309
Global BRL	10.664	10.438	10.536
Demais	367	218	220
I.2. Dívida Contratual	30.949	22.063	21.895
Organismos Internacionais	25.865	18.747	18.534
Bancos Privados e Agências Governamentais	5.084	3.315	3.361
II. HAVERES EXTERNOS	428	250	252
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	428	250	252
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	129.556	101.365	101.724
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹¹	4,2%	3,3%	3,3%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹¹ PIB valorizado pelo IGD-DI centrado.

A Dívida Externa Líquida em novembro totalizou R\$ 101,7 bilhões, mantendo-se constante em 3,3% do PIB.

A variação nos valores nominais decorreu da apropriação positiva de juros, R\$ 749,4 milhões, da variação cambial, R\$ 722,4 milhões e do resgate líquido de R\$ 1,1 bilhão ocorrido no mês. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 78,5% (R\$ 80,1 bilhões); e a dívida contratual representa 21,5% (R\$ 21,9 bilhões).

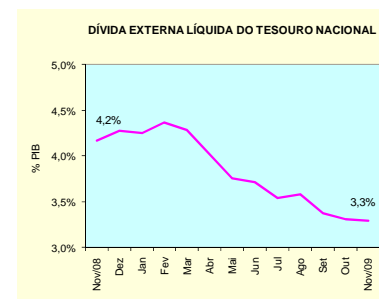


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, NOV/2009

Discriminação	Estoque Out/09	Fatores de Variação ¹¹				Estoque Nov/09
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	79.553	-	(654)	664	519	80.081
Global US\$	59.164	-	(549)	480	214	59.309
Euro	9.731	-	(105)	85	304	10.015
Global BRL	10.438	-	-	98	-	10.536
Demais	218	-	-	1	1	220
Dívida Contratual	22.063	11	(468)	86	204	21.895
Org. Internacionais	18.747	11	(406)	45	137	18.534
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.315	-	(62)	41	67	3.361
Total	101.615	11	(1.122)	749,4	722,4	101.976

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui pagamentos regulares e antecipados, cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional reduziu R\$ 27,8 bilhões em termos nominais, passando de R\$ 129,6 bilhões em novembro de 2008 para R\$ 101,7 bilhões em novembro de 2009. Em percentual do PIB, a redução foi de 0,9 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Novembro 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Nov/2008	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2009
I. RECEITA TOTAL	55.276,4	69.332,8	62.845,6	48.346,9	55.909,2	62.886,2	56.336,7	55.031,9	60.323,9	60.823,2	53.503,4	69.410,0	74.239,9
I.1. Receitas do Tesouro	41.499,5	46.154,0	50.692,4	35.005,8	41.542,0	48.620,8	41.756,3	40.775,0	45.857,3	46.222,8	39.227,5	54.367,3	57.189,3
I.1.1. Receita Bruta	43.746,2	47.255,0	50.868,5	35.366,2	41.933,1	48.836,1	42.292,6	42.707,7	48.270,6	47.183,4	40.225,6	55.725,3	59.509,0
- Impostos	21.126,9	25.110,1	26.486,0	16.411,2	21.071,7	22.855,0	17.502,1	21.455,9	21.822,7	17.257,9	18.453,4	26.120,0	23.867,6
- Contribuições	17.659,0	16.588,0	18.378,6	13.930,3	16.204,3	17.460,4	15.301,5	16.159,1	18.499,4	16.683,2	18.158,9	20.895,5	21.057,7
- Demais ¹	4.960,3	5.556,8	6.003,9	5.024,7	4.657,1	8.520,7	9.489,0	5.092,7	7.948,5	13.242,2	3.613,3	8.709,8	14.583,7
I.1.2. (-) Restituições	-2.246,7	-1.099,9	-176,1	-360,4	-391,0	-187,9	-508,8	-1.932,7	-2.413,4	-960,6	-998,1	-1.358,0	-2.319,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-1,1	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	13.559,2	22.964,2	12.031,8	13.169,2	14.209,6	14.089,7	14.400,8	14.063,9	14.287,4	14.400,2	14.091,0	14.864,9	16.808,5
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	13.155,3	22.463,6	11.733,2	12.867,7	13.868,7	13.665,1	13.926,8	13.642,2	13.925,5	14.033,3	13.727,8	14.496,9	16.410,0
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	403,9	500,6	298,6	301,5	340,9	424,6	474,0	421,7	361,8	366,9	363,2	368,0	398,5
I.3. Receitas do Banco Central	217,7	214,6	121,4	171,9	157,6	175,6	179,6	193,1	179,2	200,3	185,0	177,8	242,1
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	14.261,4	14.515,9	10.457,2	10.934,3	8.174,7	9.347,8	12.835,0	12.915,2	7.796,1	10.093,0	8.111,1	10.946,5	12.176,5
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.120,7	11.592,0	8.888,8	8.279,2	6.811,7	7.829,6	9.345,4	8.079,4	6.232,7	7.231,6	6.436,3	7.431,5	9.145,5
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	1.595,3	1.329,7	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	273,9	0,0	0,0	28,2	0,0	0,0	254,0	0,0	0,0	406,4	0,0
II.4. Demais	3.545,4	1.594,2	1.132,0	2.492,6	1.400,6	1.327,6	3.327,1	2.723,2	1.147,0	2.696,9	1.512,3	2.946,2	2.868,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	41.015,0	54.816,8	52.388,3	37.412,6	47.734,5	53.538,4	43.501,7	42.116,7	52.527,8	50.730,2	45.392,3	58.463,5	62.063,4
IV. DESPESA TOTAL	45.434,0	60.567,3	48.410,5	38.523,9	41.108,0	43.507,0	43.868,7	42.735,0	51.018,1	46.774,9	53.173,7	47.228,6	51.327,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	12.456,1	15.859,9	16.495,0	11.181,5	11.145,3	11.099,4	10.867,4	11.348,2	14.375,4	11.422,6	11.701,8	11.746,6	13.400,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	17.783,9	21.226,7	18.369,5	15.756,4	17.340,3	17.189,1	17.140,5	17.445,3	19.591,7	23.263,8	19.591,7	19.924,7	19.924,7
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	14.131,0	17.005,2	14.690,8	12.610,4	13.877,0	13.772,6	13.723,0	13.964,4	13.912,5	15.666,4	14.152,4	15.956,6	15.956,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	3.652,9	4.221,5	3.678,8	3.146,0	3.463,3	3.416,5	3.417,5	3.480,9	3.468,3	3.925,3	4.661,1	3.486,7	3.968,1
IV.3. Custeio e Capital	14.819,7	23.061,8	13.346,7	11.333,9	12.259,1	14.879,7	15.568,7	13.633,6	18.929,2	15.399,7	17.859,1	17.491,5	17.567,5
IV.3.1. Despesa do FAT	1.581,0	1.708,8	1.465,5	1.553,8	2.065,6	1.705,4	1.930,2	1.925,4	2.798,2	2.462,8	2.347,3	2.059,5	2.059,5
- Abono e Seguro Desemprego	1.513,1	1.590,0	1.424,3	1.511,6	2.012,9	1.667,4	1.882,9	1.898,5	4.896,7	2.768,1	2.312,5	2.409,1	2.049,8
- Demais Despesas do FAT	67,9	118,8	41,2	42,3	52,7	38,1	47,3	26,9	30,1	34,8	53,7	9,7	9,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.064,4	1.178,3	1.077,6	375,7	-1.489,9	716,3	721,4	-1.365,8	697,7	298,4	908,0	1.443,5	649,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	687,7	872,8	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	290,0	-1.619,6	599,6	141,9	701,6	1.264,3	401,9
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	376,7	305,5	324,0	241,1	214,8	283,5	431,4	253,9	98,1	156,6	206,4	179,2	247,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.378,4	1.392,1	1.386,5	1.467,8	1.615,5	1.581,2	1.586,7	1.593,3	1.593,2	1.601,7	1.610,9	1.628,5	1.633,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	10.796,0	18.782,6	9.417,2	7.936,6	10.067,8	10.876,7	11.330,4	11.475,7	11.712,2	10.701,4	12.992,8	11.956,6	13.224,4
- Outras Despesas de Custeio	7.874,7	13.467,1	7.923,4	6.726,2	8.372,5	8.515,0	8.815,3	8.727,0	8.722,3	8.450,7	9.691,5	8.583,3	13.224,4
- Outras Despesas de Capital ⁶	2.921,3	5.315,5	1.493,8	1.210,4	1.695,4	2.361,7	2.515,1	2.748,7	2.989,9	2.250,7	3.301,3	3.373,3	0,0
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	106,0	145,9	54,2	107,8	92,0	100,1	88,8	85,5	89,6	106,3	102,1	104,1	104,0
IV.5. Despesas do Banco Central	268,3	273,0	145,0	144,3	271,4	238,8	203,2	219,4	243,1	254,5	247,0	247,2	331,2
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	14.244,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	-4.419,0	-19.994,45	3.977,8	-1.111,3	6.626,5	10.031,4	-367,0	-618,2	1.509,7	3.955,3	-7.781,4	11.234,9	10.735,9
VI.1. Tesouro Nacional	-143,7	-21.673,5	10.339,2	1.448,3	9.870,9	13.193,9	2.396,3	2.789,5	4.667,0	9.201,0	1.453,4	14.078,5	13.941,2
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-4.224,7	1.737,5	-6.337,7	-2.587,2	-3.130,6	-3.099,4	-2.739,7	-3.381,4	-3.093,5	-5.191,5	-9.172,8	-2.774,2	-3.116,3
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	-975,7	5.458,4	-2.957,6	257,3	-8,3	-107,5	203,8	-322,2	13,0	-1.633,1	-4.874,9	344,6	453,3
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-3.249,0	-3.720,9	-3.380,1	-2.844,5	-3.122,4	-2.991,9	-2.943,5	-3.059,2	-3.106,5	-3.558,4	-4.297,9	-3.118,8	-3.569,6
VI.3. Banco Central ⁹	-50,6	-58,4	-23,6	27,6	-113,8	-63,2	-23,6	-26,3	-63,8	-54,2	-62,0	-69,4	-89,0
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	0,0	0,0	194,6	173,6	215,7	214,4	99,0	155,8	26,6	0,0	0,0	134,6	134,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.136,3	-758,0	623,4	1.841,1	-1.026,5	615,8	-22,7	-674,3	154,5	-56,8	-238,5	7,6	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	-3.282,7	-20.752,4	4.795,8	903,4	5.815,7	10.861,6	-290,8	-1.136,7	1.690,8	3.898,5	-8.019,9	11.377,1	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-4.884,7	-14.308,6	-14.339,7	-7.867,9	-13.197,1	-13.949,9	-11.173,0	-10.666,6	-14.815,4	-13.191,4	-14.336,1	-11.491,3	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-8.167,5	-35.061,0	-9.543,9	-6.964,5	-7.381,4	-3.088,3	-11.463,7	-11.803,3	-13.124,6	-9.292,9	-22.356,0	-114,2	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.343,9	1.142,4	850,0	689,1	878,7	772,4	807,1	811,4	805,6	884,0	843,0	876,7	1.493,7
RMV ⁵	151,3	271,1	149,0	156,7	168,2	162,7	160,4	158,8	157,0	155,5	153,9	152,6	151,1

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferença do conceito de "gasto efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Nov/2008	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	66.575,9	80.010,6	43.205,7	54.893,5	57.785,2	59.479,9	62.253,4	57.326,4	54.386,0	61.198,2	51.628,9	62.871,4	78.867,4
I.1 - Recolhimento Bruto	49.654,8	52.163,7	28.006,0	39.410,2	39.517,1	42.264,7	45.245,3	40.844,4	36.534,3	43.503,5	35.731,1	44.224,3	60.061,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-27,3	-27,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.175,8	2.136,9	1.576,7	1.121,6	2.318,8	1.878,7	1.171,0	2.103,2	1.596,5	1.638,6	1.245,3	1.774,8	1.602,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	102,8	326,0	96,3	144,7	170,9	250,9	465,1	93,7	254,4	699,2	339,1	124,7	128,6
I.5 - Receita do Salário Educação	807,0	826,7	1.419,6	819,9	805,1	835,2	799,9	833,2	840,6	827,5	870,6	853,9	858,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.835,4	24.557,4	12.107,2	13.424,4	15.000,8	14.250,4	14.572,1	13.452,0	15.160,3	14.529,4	13.442,7	15.893,8	16.217,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	67.037,4	61.135,6	79.954,8	56.685,3	55.904,4	56.456,4	67.537,9	63.970,6	69.197,0	69.327,4	67.092,1	61.281,3	75.352,3
II.1 - Liberações Vinculadas	16.506,4	15.469,4	13.426,1	13.615,8	10.159,3	12.006,4	14.767,8	14.246,0	10.703,5	12.329,3	10.489,7	12.765,1	14.947,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.720,2	12.222,9	9.476,5	8.827,1	7.049,6	8.350,8	9.966,2	8.615,3	6.643,8	7.711,9	6.859,8	7.918,5	9.753,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.636,2	671,8	1.406,4	2.268,3	1.031,5	1.016,0	1.792,2	1.065,5	1.393,3	2.216,8	1.170,8	1.881,4	2.585,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	1.595,3	1.329,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.112,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.554,7	1.244,9	2.380,7	2.357,9	1.915,7	2.477,1	2.846,9	2.452,6	2.503,9	2.238,0	2.296,7	2.802,6	2.445,9
II.2 - Liberações Ordinárias	50.531,0	45.666,2	66.528,6	43.069,5	45.745,1	44.449,9	52.770,1	49.724,6	58.493,5	56.998,1	56.602,4	48.516,3	60.405,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.444,8	14.171,8	17.478,7	12.167,7	12.487,7	11.814,9	12.082,0	15.316,6	12.565,2	12.921,2	12.650,7	12.944,5	18.730,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	81,2	493,5	2.583,9	810,5	555,8	1.209,1	2.514,3	719,4	1.800,2	1.007,5	116,9	1.000,9	164,5
i) Dívida Contratual Interna	62,1	72,1	70,5	103,2	109,7	105,8	90,9	101,5	94,3	98,7	98,4	100,7	123,5
ii) Dívida Contratual Externa	19,2	421,5	2.513,4	707,3	446,1	1.103,3	2.423,3	617,9	1.705,9	908,8	18,5	900,2	41,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.041,4	5.387,0	16.229,6	3.022,2	5.273,7	2.199,4	8.698,6	2.317,0	14.014,9	2.677,0	9.522,0	4.209,5	8.566,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.377,2	10.909,6	22.457,8	18.125,5	16.001,1	17.285,8	16.905,9	17.513,0	17.369,2	27.506,8	19.681,1	16.763,8	18.130,5
II.2.5 - Custeio e Investimento	10.328,3	14.293,5	7.176,2	8.791,9	11.195,6	11.649,5	12.021,7	13.544,8	12.438,9	12.666,3	14.056,5	13.367,4	14.545,1
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	258,1	410,8	602,4	151,6	231,3	291,3	547,6	313,8	305,1	219,2	575,3	230,3	268,3
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-461,5	18.875,0	-36.749,0	-1.791,8	1.880,8	3.023,6	-5.284,5	-6.644,2	-14.811,0	-8.129,2	-15.463,2	1.590,1	3.515,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	13.618,9	68.171,1	20.204,1	20.741,7	25.684,9	-3.428,6	32.074,9	50.618,1	26.731,6	-12.363,9	52.647,3	46.679,4	35.717,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	12.867,2	66.843,8	19.326,5	19.221,0	24.427,4	-4.900,3	30.707,0	49.166,2	25.791,3	-13.413,6	51.156,8	45.436,1	34.755,1
IV.2 - Outras Operações de Crédito	751,7	1.327,3	877,6	1.520,7	1.257,5	1.471,7	1.367,9	1.451,9	940,3	1.049,7	1.490,5	1.243,2	962,8
V. DESPESAS	2.555,5	21.618,0	74.643,1	3.173,2	26.021,7	27.675,6	27.054,3	16.383,2	30.363,0	3.678,8	31.412,3	39.617,4	12.667,3
V.1 - Amortização da Dívida Interna	2.466,0	21.462,8	72.787,7	1.346,6	25.548,1	27.071,2	24.966,6	14.050,1	29.322,0	3.466,0	31.358,2	38.599,9	10.397,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	2.273,6	21.277,0	72.670,4	1.167,8	25.328,3	26.887,6	24.787,4	13.873,0	29.140,1	3.288,3	31.175,0	38.402,0	10.200,0
V.1.2 - Dívida Contratual	192,4	185,8	117,3	178,8	219,8	183,5	179,2	177,1	181,9	177,7	183,2	197,9	197,4
V.2 - Amortização da Dívida Externa	89,4	155,1	1.855,4	1.826,5	473,6	604,4	2.087,6	2.333,0	1.041,0	212,8	54,2	1.017,5	2.269,9
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	10.593,6	45.566,8	-53.343,9	18.053,3	-900,9	-31.787,9	5.919,6	35.293,2	-3.348,8	-16.701,9	19.981,8	7.034,1	24.555,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	482,9	31.992,5	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	33.173,2	-210,5	-9.688,9	-7.895,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	11.084,8	97.420,6	-115.400,8	16.609,5	11.770,5	-13.608,5	6.332,8	27.826,6	-33.098,4	9.001,3	5.561,3	-1.036,9	18.670,0

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2008	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.682,9	31.992,5	13.287,2	1.832,7	10.226,4	25.972,2	17.396,8	3.735,8	11.344,0	34.073,2	2.989,5	2.641,5	3.017,7
I.1. Emissão de Títulos	0,0	29.469,3	11.577,4	0,0	7.585,4	22.865,1	14.003,8	222,8	8.176,9	30.675,2	0,0	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.666,3	2.501,1	2.954,9	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5	2.830,5	2.519,3	2.898,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	281,1	248,3	130,2	166,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	259,5	159,0	122,2	118,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	2.200,0	0,0	37.500,0	1.000,0	0,0	11.500,0	10.800,0	3.500,0	26.000,0	900,0	3.200,0	12.330,5	10.913,3
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.880,7	2.943,1	20.000,0	3,3	2.100,0	11.210,0	8.102,2
II.2. Encargos da DPMF	2.200,0	0,0	7.500,0	1.000,0	0,0	500,0	2.919,3	556,9	6.000,0	896,7	1.100,0	1.120,5	2.811,1
III. RESULTADO (I - II)	482,9	31.992,5	-24.212,8	832,7	10.226,4	14.472,2	6.596,8	235,8	-14.656,0	33.173,2	-210,5	-9.688,9	-7.895,6

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Nov/2008	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	60,3	3,1	105,4	71,8	2,8	2,4	1,8	1,6	1,5	1,2	2,4	2,0	2,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL¹	0,1	0,1	15,7	0,0	-0,1	0,1	-118,8	0,3	0,7	-13,0	23,2	-1,8	6,2
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	206,1	125,1	249,5	130,4	219,5	317,8	99,2	129,3	294,5	355,3	290,5	1.030,3	172,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	3,5	0,1	2,3	8,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	132,4	76,0	140,7	86,9	119,5	227,3	29,5	33,6	152,2	324,9	212,3	1.003,4	131,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	70,2	49,0	106,5	35,0	100,0	90,4	69,6	95,6	142,3	30,3	78,2	26,8	40,0
IV. PRONAF	25,9	140,5	222,8	7,2	2,6	8,0	106,2	22,5	28,5	-472,0	185,3	110,5	82,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	42,1	9,9	191,3	3,0	6,7	4,9	109,5	6,6	8,4	7,2	363,4	7,7	49,0
IV.2. Concessão de Financiamento ²	-16,2	130,5	31,4	4,2	-4,0	3,1	-3,3	15,9	20,2	-479,2	-178,2	102,8	33,3
V. PROEX	58,5	-50,5	89,9	-110,3	33,6	9,4	18,6	45,0	-63,4	41,2	-32,1	-9,8	-3,4
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	25,3	0,8	88,9	1,0	35,9	59,3	27,1	29,9	52,4	27,1	11,9	19,8	7,3
V.2. Concessão de Financiamento ²	33,1	-51,3	1,1	-111,2	-2,3	-50,0	-8,6	15,1	-115,8	14,2	-43,9	-29,7	-10,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)³	32,3	187,4	0,0	0,0	0,0	27,5	136,0	90,4	0,1	0,5	0,9	1,0	2,3
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	48,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	131,1	42,4	11,2	3,4	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA²	138,1	233,0	66,2	58,1	50,4	75,6	26,5	42,2	95,7	55,7	81,4	130,2	113,4
XI. FUNCAFÉ	1,4	3,7	21,0	4,0	3,9	3,3	7,3	2,3	1,5	0,7	1,6	1,2	3,3
XII. REVITALIZA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	25,9
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)²	-30,9	-19,5	-16,9	-26,6	-2.017,6	-11,5	-20,3	-2.121,1	-9,8	-14,7	-1,6	-2,6	-2,5
XIV. TOTAL	491,8	671,6	753,7	134,6	-1.704,7	432,8	290,0	-1.782,4	480,5	-2,7	562,8	1.264,3	401,9

* Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

² Concessão de empréstimos menos retornos.

³ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/08	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	618.211,8	699.217,7	711.250,2	715.153,6	540.251,0	543.876,3	557.926,9	571.141,3	596.683,4	601.634,7	643.916,7	665.872,9	664.105,4
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1
DPMFi em Poder do Público ¹	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6
DPMFi em Poder do Banco Central	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0
Demais Obrigações Internas	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.062,7	1.276.592,7
Disponibilidades Internas	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	376.524,6
Haveres junto aos Governos Regionais	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7
Haveres da Administração Indireta	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.870,0	218.365,0
Haveres Administrados pela STN	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	129.555,8	132.187,0	130.836,8	133.223,7	130.070,3	121.907,4	113.759,3	112.440,0	106.911,6	108.682,9	102.844,3	101.364,9	101.723,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2
Dívida Mobiliária	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9
Dívida Contratual	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4
II.2. HAVERES EXTERNOS	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	747.767,6	831.404,7	842.087,0	848.377,3	670.321,3	665.783,7	671.686,2	683.581,2	703.595,0	710.317,6	746.761,0	767.237,8	765.829,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB²	24,1%	26,9%	27,4%	27,8%	22,1%	21,9%	22,2%	22,6%	23,3%	23,4%	24,5%	25,0%	24,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

6.723

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/08	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/09
I. DÍVIDA INTERNA	1.660.273,7	1.764.096,5	1.685.118,5	1.714.351,9	1.751.401,5	1.736.813,5	1.750.014,5	1.821.636,1	1.841.321,7	1.896.688,4	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹¹	1.244.393,7	1.264.823,3	1.221.097,0	1.247.398,7	1.267.793,9	1.261.787,1	1.274.255,2	1.321.875,6	1.349.885,5	1.400.982,4	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6
LFT	455.979,6	453.131,4	470.624,3	482.269,0	471.368,1	483.897,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.295,8	511.364,2	516.223,4	519.676,3
LTN	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.118,3	212.314,6	187.246,1	199.825,5	232.028,3	217.223,0	237.052,5	246.156,7	214.246,5	232.589,4
NTN-B	290.260,5	298.888,3	304.538,4	306.455,2	311.249,8	315.888,4	291.850,7	301.300,4	307.032,7	320.389,4	324.946,6	330.145,6	322.134,5
NTN-C	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.985,4	57.716,9	58.078,5	58.481,8	56.918,9	57.160,8	57.299,3	57.186,4	57.677,5
NTN-F	164.189,2	168.021,5	164.264,0	166.110,4	169.172,6	172.541,6	180.324,9	187.542,1	188.561,6	200.957,7	206.634,1	213.814,0	218.763,9
Dívida Securitizada	13.912,7	15.089,3	14.959,9	14.902,3	14.766,3	14.709,8	14.829,8	14.822,3	14.268,3	12.160,6	12.113,2	12.113,4	12.068,6
Demais Títulos em Poder do Público	32.161,6	31.432,9	31.029,3	31.469,1	30.937,2	29.786,6	28.577,8	28.488,5	27.978,1	27.965,5	27.375,0	27.083,6	26.957,4
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	412.005,8	494.310,9	462.366,3	465.516,4	482.112,0	474.243,2	475.565,3	499.646,1	490.801,4	494.092,3	530.202,9	547.458,8	549.108,3
LFT	141.013,3	187.345,5	189.309,2	190.929,0	198.923,8	200.594,8	206.040,9	215.088,7	224.706,8	226.266,5	227.837,0	229.417,8	230.933,6
LTN	117.971,9	131.148,6	98.927,1	99.801,8	106.362,5	95.271,1	99.951,2	109.976,1	91.986,9	92.866,7	103.792,4	96.592,4	100.486,6
Demais Títulos na Carteira do BCB	153.020,6	175.816,8	174.130,0	174.785,6	176.825,7	178.377,3	169.573,1	174.581,3	174.107,7	174.959,1	198.573,5	221.448,5	217.688,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-18.594,1	-17.453,7	-20.678,5	-20.778,2	-20.606,8	-21.150,0	-21.609,2	-21.579,0	-20.943,0	-19.826,5	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.468,4	22.416,0	22.333,8	22.215,1	22.102,4	21.933,1	21.803,2	21.693,3	21.577,7	21.440,2	21.290,2	21.199,4	21.090,2
II. DÍVIDA EXTERNA	129.984,2	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.450,1	122.247,9	114.057,9	112.728,0	107.201,0	108.968,1	103.041,9	101.615,1	101.976,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	99.035,5	100.924,9	100.030,7	102.037,1	100.147,8	94.004,8	88.517,7	87.535,6	83.039,3	84.541,6	80.266,4	79.552,6	80.080,9
Euro	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,9	10.306,2	10.121,9	10.307,8	9.776,6	9.731,3	10.014,7
Global US\$	75.871,7	76.433,3	77.339,1	79.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2	59.927,8	59.164,5	59.309,5
Global BRL	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.366,9	10.466,0	10.565,0	10.664,0	10.763,0	10.267,9	10.242,4	10.340,4	10.438,4	10.536,4
Demais Títulos Externos	366,9	369,3	367,8	379,4	324,4	306,8	279,4	277,7	267,8	271,1	221,6	218,5	220,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	30.948,7	31.587,4	31.113,0	31.562,4	30.302,3	28.243,0	25.540,2	25.192,5	24.161,7	24.426,5	22.775,5	22.062,6	21.895,4
Organismos Multilaterais	25.864,6	26.514,2	26.066,7	26.511,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.645,9	19.224,3	18.747,4	18.534,1
Credores Privados e Ag. Governamentais	5.084,1	5.073,2	5.046,3	5.050,7	4.839,0	4.345,3	3.989,9	3.805,2	3.674,1	3.780,6	3.551,3	3.315,2	3.361,2
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	1.790.257,9	1.896.608,7	1.816.262,2	1.847.951,5	1.881.851,6	1.859.061,3	1.864.072,4	1.934.364,1	1.948.522,7	2.005.656,5	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	57,6%	61,4%	59,0%	60,6%	62,0%	61,3%	61,5%	63,9%	64,5%	66,1%	66,3%	66,0%	66,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/08	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/09
I. HAVERES INTERNOS	1.042.061,9	1.064.878,8	973.868,4	999.198,3	1.211.150,5	1.192.937,2	1.192.087,6	1.250.494,8	1.244.638,3	1.295.053,7	1.273.918,0	1.254.062,7	1.276.592,7
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	236.939,8	255.437,2	166.237,7	182.233,3	385.985,3	374.393,5	375.963,9	407.426,1	380.316,0	394.429,1	376.166,2	354.762,6	376.524,6
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	452.542,1	451.960,3	450.168,0	450.193,7	448.267,0	443.839,8	443.091,1	442.402,3	440.796,7	438.349,3	437.716,3	437.968,2	437.655,7
Bônus Renegociados	9.012,7	9.019,1	8.864,6	9.078,5	8.856,4	7.948,9	7.311,1	7.105,3	6.826,7	6.924,9	6.459,3	6.010,3	6.065,0
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.844,5	2.822,9	2.800,8	2.773,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.670,3	2.645,7	2.618,0	2.590,1	2.563,0	2.534,2
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.113,0	11.096,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.996,9	10.975,9	10.970,0	10.944,4	10.918,5	10.902,4	10.903,5	10.877,2
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.449,1	1.102,9	1.068,2	1.061,8	1.016,7	955,5	845,9	482,3	441,7	411,6	355,7	323,8	296,4
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	41.761,1	41.562,9	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.205,1	38.952,2	38.498,9	38.266,3	37.954,9
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	320.177,9	320.256,3	319.145,6	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.506,5	316.752,5	314.876,7	315.221,5	316.015,0	316.055,9
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.201,2	50.141,2	50.076,5	50.348,6	50.223,3	49.883,1	50.168,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5	50.007,9	50.193,7	50.245,3
Antecipação de Royalties	13.110,1	13.079,5	12.943,0	12.226,0	12.160,2	11.979,3	11.509,3	11.444,3	11.318,5	11.220,3	11.221,0	11.262,4	11.213,4
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.872,6	2.879,5	2.831,8	2.832,9	2.774,3	2.701,9	2.637,2	2.598,7	2.557,2	2.527,7	2.459,4	2.430,2	2.413,5
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	206.317,9	210.251,0	205.422,4	210.080,2	207.972,7	208.259,8	210.098,0	212.328,5	211.406,8	213.996,7	215.177,2	216.870,0	218.365,0
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	134.930,6	136.995,3	134.762,1	136.047,0	136.603,2	136.653,7	136.977,2	137.628,7	135.776,0	136.788,6	137.180,5	138.107,3	139.286,9
Fundos Constitucionais Regionais	44.385,5	44.935,7	45.387,3	45.844,7	46.387,0	46.854,4	47.275,2	47.804,5	48.375,8	48.918,0	49.366,7	49.882,4	50.546,5
Fundos Diversos	27.001,8	28.320,0	25.273,0	28.188,6	24.982,5	24.751,7	25.845,5	26.895,3	27.255,0	28.290,1	28.630,0	28.880,3	28.531,6
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	146.262,1	147.230,3	152.040,3	156.691,1	168.925,4	166.444,0	162.934,6	188.337,9	212.118,7	248.278,6	244.858,4	244.461,9	244.047,4
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.554,0	5.556,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,0	5.567,8	5.569,8	5.572,2	5.574,4
Haveres de Operações Estruturadas	49.751,7	50.075,7	50.004,3	53.984,2	53.687,3	52.676,1	51.367,9	51.260,7	50.737,0	50.873,3	50.421,4	49.270,3	49.531,8
Haveres Originários de Privatizações	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,6	7.405,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3	7.633,6	7.626,6	7.619,6
Haveres de Legislação Específica	55.090,1	55.368,0	60.155,2	60.719,3	73.308,8	72.214,6	70.801,8	96.781,3	121.186,3	157.299,8	154.406,7	154.376,0	153.431,7
Demais Haveres Administrados pela STN	28.436,6	28.796,6	28.892,9	29.004,9	28.964,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.152,4	26.826,9	27.616,7	27.889,8
II. HAVERES EXTERNOS	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	428,4	325,2	306,8	375,8	379,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2	197,6	250,3	252,4
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.042.490,3	1.065.204,0	974.175,2	999.574,2	1.211.530,3	1.193.277,7	1.192.386,2	1.250.782,9	1.244.927,7	1.295.338,9	1.274.115,7	1.254.313,0	1.276.845,1
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	33,6%	34,5%	31,7%	32,8%	39,9%	39,3%	39,3%	41,3%	41,2%	42,7%	41,8%	40,9%	41,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ PIB valorizado pelo IGP-DI centrado.

TABELA A8 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO NOVEMBRO 2009/2008 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2008						2009					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	364.418,1	6.041,4	1.647,5	1.642,7	12.431,3	14.074,0	273.212,6	5.487,5	2.837,3	2.802,9	23.095,8	25.898,7
Senado Federal	59.516,6	15.623,8	9.672,4	9.650,8	21.130,4	30.781,1	43.377,9	13.820,2	7.544,3	7.357,2	7.198,3	14.555,5
Tribunal de Contas da União	61.538,6	52.079,5	5.828,3	5.824,4	25.967,7	31.792,1	41.069,8	19.734,7	5.500,5	4.984,1	11.760,6	16.744,6
Supremo Tribunal Federal	73.897,5	29.825,9	8.985,9	8.985,5	46.068,0	55.053,5	65.813,8	16.868,5	4.452,8	4.198,6	50.644,0	54.842,6
Superior Tribunal de Justiça	14.739,6	5.825,2	2.703,8	2.679,5	12.123,1	14.802,7	14.385,0	7.071,6	5.828,8	5.730,9	7.801,4	13.532,3
Justiça Federal ³	251.092,0	252.638,3	201.887,1	201.762,5	153.914,3	355.676,8	275.781,6	319.296,1	260.045,0	259.803,4	107.900,6	367.704,0
Justiça Militar	7.839,7	842,7	711,4	709,3	2.487,9	3.197,1	10.945,7	6.465,5	2.372,2	2.361,9	3.810,9	6.172,8
Justiça Eleitoral	344.714,1	221.976,1	171.778,8	165.316,4	83.599,1	248.915,5	385.236,3	138.780,9	73.005,3	71.557,1	135.998,3	207.555,5
Justiça do Trabalho	183.418,8	67.558,3	33.099,7	32.744,3	137.943,2	170.687,5	206.297,8	119.432,2	40.173,9	39.496,8	129.356,7	168.853,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	30.471,3	18.956,2	8.853,3	8.746,8	43.754,9	52.501,6	77.149,0	41.153,5	15.082,2	14.763,7	15.935,9	30.699,6
Presidência da República ⁴	1.741.356,7	413.832,9	194.519,7	188.037,0	243.164,9	431.201,8	2.012.695,4	642.805,0	202.523,4	198.882,3	578.821,7	777.704,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	53.197,1	13.428,2	1.133,0	1.132,8	16.229,4	17.362,2	392.024,0	76.807,9	21.653,4	21.564,8	27.315,4	48.880,2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	828.070,1	361.673,8	96.854,4	69.750,8	326.196,9	395.947,6	1.081.468,4	508.216,7	101.524,3	87.879,4	469.185,8	557.065,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.157.699,8	688.848,5	310.401,2	284.841,5	257.829,2	542.670,7	1.394.459,9	896.885,1	561.892,3	489.130,1	422.721,8	911.851,9
Ministério da Fazenda	476.141,1	328.805,2	291.766,3	291.260,5	127.622,3	418.882,8	1.298.355,6	125.681,0	59.081,8	58.618,8	50.899,1	109.518,0
Ministério da Educação	3.033.230,1	1.299.118,9	650.579,6	625.038,2	1.569.758,7	2.194.796,9	5.053.703,2	2.248.214,8	921.547,7	867.730,0	1.643.923,2	2.511.653,2
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	196.170,7	31.964,4	19.326,5	19.326,1	22.461,0	41.787,1	153.653,0	27.793,8	16.309,5	16.113,5	14.566,7	30.680,1
Ministério da Justiça	1.709.537,6	626.184,8	225.925,6	222.551,9	262.962,8	485.514,7	867.192,5	454.684,3	141.274,8	139.538,8	417.368,1	556.906,9
Ministério de Minas e Energia	62.247,6	17.166,7	7.416,2	7.383,7	17.748,8	25.132,5	68.885,1	30.333,5	18.509,5	18.114,8	15.669,0	33.783,8
Ministério da Previdência Social	158.528,2	35.360,3	16.182,3	15.335,0	51.992,1	67.327,1	801.581,9	123.588,4	15.332,7	14.222,4	98.140,6	112.363,1
Ministério Público da União	183.500,6	44.706,1	6.173,9	6.143,1	157.428,4	163.571,5	151.671,1	30.667,4	8.116,2	8.096,4	107.647,0	115.743,4
Ministério das Relações Exteriores	38.569,2	35.986,9	34.791,0	34.791,0	1.317,1	36.108,2	97.416,0	35.306,4	33.424,6	33.424,6	1.760,6	35.185,2
Ministério da Saúde	3.786.008,6	1.254.857,8	187.245,9	184.959,7	845.331,7	1.030.291,4	4.057.586,6	1.233.838,8	259.121,1	257.153,2	1.242.056,4	1.499.209,5
Ministério do Trabalho e Emprego	101.047,2	22.473,8	14.193,6	11.738,6	6.851,2	18.589,8	67.315,2	21.177,5	6.451,7	6.365,7	12.552,5	18.918,1
Ministério dos Transportes	9.835.797,6	5.105.459,9	1.500.504,8	1.331.742,0	3.695.374,5	5.027.116,5	11.471.118,3	8.331.669,5	3.121.783,7	3.073.709,8	4.357.098,6	7.430.808,3
Ministério das Comunicações	39.284,4	2.513,3	756,8	756,8	95.017,2	95.774,0	114.151,8	6.053,9	1.909,2	1.909,2	23.216,5	25.125,7
Ministério da Cultura	262.466,4	55.820,9	16.996,8	15.947,8	72.630,6	88.578,3	219.969,4	57.933,2	16.657,6	16.564,8	56.605,2	73.170,0
Ministério do Meio Ambiente	169.575,0	19.293,3	8.510,7	8.495,2	24.286,5	32.781,7	122.917,7	13.626,8	7.571,3	6.922,5	30.199,8	37.122,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.898.593,4	922.283,2	679.092,3	677.742,2	395.326,6	1.073.068,8	2.140.972,0	1.168.238,8	710.467,7	710.284,8	432.805,5	1.143.090,3
Ministério do Esporte	886.822,9	456.083,8	5.822,6	5.822,6	170.795,3	176.617,8	1.012.929,9	424.257,5	2.250,5	2.250,5	161.304,0	163.554,5
Ministério da Defesa	4.765.438,1	3.272.115,1	1.482.755,2	1.444.678,2	1.479.014,5	2.923.692,7	7.438.177,7	3.673.624,7	1.666.555,1	1.536.488,8	1.300.180,8	2.836.669,6
Ministério da Integração Nacional	5.488.264,0	2.579.437,8	331.237,0	324.259,0	1.325.706,2	1.649.965,2	5.389.061,7	3.098.820,5	1.062.081,3	1.043.371,2	1.836.696,2	2.880.067,4
Ministério do Turismo	2.000.758,3	961.191,7	40.302,2	38.761,7	644.311,4	683.073,1	1.830.875,0	607.573,3	28.806,6	28.711,9	333.338,6	362.050,5
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	183.718,7	72.109,1	43.862,2	43.656,9	52.095,3	95.752,1	324.345,6	121.171,6	70.545,9	69.482,3	54.405,4	123.887,6
Ministério das Cidades	7.040.400,9	4.242.893,9	775.699,7	774.889,9	3.485.172,6	4.260.062,5	8.368.865,4	4.916.721,6	1.566.414,2	1.529.880,9	2.332.561,6	3.862.442,5
TOTAL	47.488.070,6	23.534.977,7	7.387.217,8	7.067.104,3	15.886.044,9	22.953.149,1	57.324.661,9	29.563.803,0	11.038.648,2	10.649.467,8	16.514.542,6	27.164.010,4

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Investimentos Financeiros (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte.

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XIV - nº 11 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2009

Comentários

Em novembro de 2009 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 25%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM naquele mês atingiram o montante de R\$ 7.133.760,8 (mil), ante R\$ 5.714.952,8 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF - Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2008			2009			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov/2009	Nov/2009	Jan a Nov/2009
							Out/2009	Nov/2008	Jan a Nov/2008
FPM	2.897.545,3	3.671.774,7	36.269.685,3	2.922.419,2	3.647.945,9	33.967.372,4	24,8%	-0,6%	-6,3%
FPE	2.768.746,2	3.508.584,5	34.657.678,3	2.792.533,6	3.485.814,8	32.447.622,0	24,8%	-0,6%	-6,4%
IPI-Exp	280.252,5	268.547,7	2.811.348,6	230.218,3	182.642,1	1.998.084,2	-20,7%	-32,0%	-28,9%

Observação: já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
NOVEMBRO	+ 45 %	+ 25 %	+ 45 %	+ 25 %	- 11 %	- 20 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	DEZ/NOV *	JAN/DEZ *	FEV/JAN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 1,0 %	- 8,0 %	+ 1,0 %
IPI - EXP	+ 31,0 %	+ 11,0 %	+ 1,0 %

* Obs.: Não considerando os lançamentos no FPM de dezembro a título do 1% - Emenda Constitucional 55/2007

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2009 a 20/11/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
OUT/3º DEC	1.466.532	11.950.407	13.416.939	NOV/1º DEC	2.307.714	2.415.049	117.323	4.840.085
NOV/1º DEC	516.695	1.189.971	1.706.666	NOV/2º DEC	293.547	307.200	41.336	642.082
NOV/2º DEC	299.799	4.842.961	5.142.760	NOV/3º DEC	884.555	925.697	23.984	1.834.235
TOTAL	2.283.026	17.983.339	20.266.365	TOTAL	3.485.815	3.647.946	182.642	7.316.403

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;
- Na arrecadação bruta do IRPJ do demonstrativo acima da arrecadação do 2º decêndio de novembro está incluído o montante de R\$ 21.853.003,11 decorrente de classificação dos Depósitos Judiciais, previstos no §1º, art.1º da MP nº 468, de 31/08/2009, arrecadados em 13/11/2009, cujo crédito das transferências constitucionais ocorreu em 27/11/2009;

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	18.934,1	119.249,7	26,0
ALAGOAS	AL	86.250,6	145.013,4	540,3
AMAZONAS	AM	51.074,1	97.268,2	2.199,3
AMAPÁ	AP	12.666,6	118.936,0	171,4
BAHIA	BA	331.409,6	327.534,1	12.261,7
CEARÁ	CE	189.318,4	255.750,7	1.620,1
DISTRITO FEDERAL	DF	5.913,8	24.059,1	181,2
ESPÍRITO SANTO	ES	62.684,0	52.287,2	7.491,7
GOIÁS	GO	132.009,6	99.105,2	2.894,2
MARANHÃO	MA	151.457,3	251.613,1	1.886,5
MINAS GERAIS	MG	477.922,4	155.275,6	21.963,0
MATO GROSSO DO SUL	MS	55.322,8	46.431,1	1.225,4
MATO GROSSO	MT	67.198,1	80.449,1	2.152,8
PARÁ	PA	132.346,5	213.053,0	8.480,7
PARAÍBA	PB	117.410,6	166.932,2	384,7
PERNAMBUCO	PE	182.757,3	240.528,2	1.122,0
PIAUÍ	PI	96.122,2	150.636,0	52,9
PARANÁ	PR	249.180,1	100.503,0	17.517,8
RIO DE JANEIRO	RJ	107.156,1	53.252,8	28.891,7
RIO GRANDE DO NORTE	RN	90.118,5	145.633,9	305,8
RONDÔNIA	RO	32.987,3	98.146,6	571,1
RORAIMA	RR	22.702,8	86.472,6	8,7
RIO GRANDE DO SUL	RS	247.156,1	82.084,0	21.462,1
SANTA CATARINA	SC	141.467,3	44.611,5	12.483,3
SERGIPE	SE	52.762,0	144.846,1	159,4
SÃO PAULO	SP	482.140,9	34.858,1	36.528,4
TOCANTINS	TO	51.476,7	151.284,4	59,7
TOTAL		3.647.945,9	3.485.814,8	182.642,1

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 615, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br